

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, realizou-se presencialmente na Sala 24 da Sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal (Sema/DF), situada no endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício WAGNER, Brasília-DF com início às 14h30min em primeira chamada e às 15h em segunda chamada, a 23ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal (CAF), com a seguinte pauta: **Item 1.** Aprovação da Ata da Reunião anterior – 42ª Reunião Extraordinária. **Item 2.** Apresentação das receitas e aplicação dos recursos do Funam. **Item 3.** Apresentação da Portaria nº 46, de 18 de junho de 2024, com os nomes dos novos Conselheiros do CAF. **Item 4.** Apresentação do Formulário de Apresentação de Projeto (FAP) - Projeto de manutenção e monitoramento das áreas de plantio no Cerrado, distribuição para conselheiro relator. **Item 5.** Apresentação do parecer da relatora sobre o projeto Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado, relatora Roberta Lima (IESB). **Item 6.** Apresentação do parecer da relatora sobre o projeto restauração do Espaço Ciência no Jardim Botânico de Brasília, relatora Morgana Bruno (UCB). **Item 7.** Outros informes e deliberações. Fizeram-se presentes: Sr. GENILSON ALVES DUARTE, Subsecretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (Sema/DF) e Vice-Presidente do CAF; VALTERSON DA SILVA, Conselheiro Substituto do Instituto Brasília Ambiental; Conselheiro Titular ESTEVÃO DO NASCIMENTO F. DE SOUZA, do Jardim Botânico de Brasília, representante da área técnico-ambiental do GDF; Conselheira Titular MORGANA BRUNO, Universidade Católica de Brasília – UCB; Conselheira Titular ROBERTA MARIA COSTA E LIMA, do IESB. Pela Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal participaram: Sr. LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA, Chefe da Assessoria de Biodiversidade e Proteção Ambiental da Secretaria Executiva; ANDRÉ SOUZA, Coordenador da Coordenação de Colegiados e Fundos; GABRIEL SOUSA, Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Secretariando a reunião: Sr. JARBAS LEVI, Diretor do Funam. Dando continuidade e ao constatar o quórum mínimo, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e passou ao **Item 1.** Da pauta, aprovação da ata 42ª Reunião Extraordinária do CAF, o Sr. Genilson colocou em votação falando para permanecerem calados aqueles que aprovam e para se manifestarem os que reprovam, sendo aprovada por todos os conselheiros presentes. **Item 2** da pauta, o sr. Vice-Presidente leu a pauta que é a apresentação das receitas e aplicação e aplicação dos recursos do Funam e chamou o sr. Jarbas Levi para apresentar, o qual começou falando sobre o histórico da criação e regulamentação do Funam, passando para os programas e projetos financiáveis que de acordo com o Decreto nº 43.752/2022 o Funam pode financiar programas, projetos e atividades relacionadas à execução da política ambiental do Distrito Federal, as formas de apresentação desses projetos que podem ser por demanda espontânea, pela Sema e pelo Brasília Ambiental, ou por demanda induzida, através de editais públicos que selecionam propostas de entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos. Logo após, passou a tratar sobre os recursos financeiros do Funam que tem um orçamento para o exercício financeiro de 2024 no valor de R\$ 3.411.413,00 (três milhões e quatrocentos e onze mil e quatrocentos e treze reais) tendo empenhado e liquidado o valor de R\$ 477.430,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quatrocentos e trinta reais) com a primeira parcela dos Convênios 01/2023 – Funam x Ibram e 02/2023 – Funam x IPE/DF, há também o valor de R\$ 363.800,00 (trezentos e sessenta e três mil e oitocentos reais) já comprometidos com a segunda parcela desses Convênios. Além desse orçamento, o Funam dispõe do valor de R\$ 3.941.930,64 (três milhões e novecentos e quarenta e um mil e novecentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) de superávit financeiro originado de decisões judiciais os quais só devem ser utilizados após a execução dos recursos do orçamento da LOA/2024 e também

quando o projeto aprovado já estiver passado por todas as etapas de instrução processual para formalização de parceria, convênio, acordo ou outro instrumento congêneres, já que esses recursos podem ser perdidos caso não sejam gastos. Citando os critérios de seleção, os projetos devem estar alinhados com os objetivos e prioridades da política ambiental do DF, a viabilidade técnica, financeira e operacional deve ser avaliada pela equipe técnica da Sema e submetida à aprovação pelo Conselho de Administração do Funam/DF. Passando para transparência e prestação de contas, a publicidade dos editais, projetos e prestação de contas é essencial para validades desses atos e fatos públicos, o monitoramento pelas comissões de gestão e avaliação e a prestação de contas das entidades beneficiadas com os recursos recebidos para execução dos projetos. Também, temos uma minuta de alteração do art. 8º, do Decreto nº 43.752/2022, devido a problemas no tombamento de bens adquiridos pelo Funam/DF, que passará a ter a seguinte redação: "Bens móveis, imóveis e equipamentos adquiridos para os projetos financiados com recursos do Funam/DF serão tombados no patrimônio da Sema/DF e cedidos ao executor durante a vigência do projeto, podendo ser doados ao seu proponente após aprovação da prestação de contas conforme o termo de parceria celebrado." passou ao **Item 3** da pauta, o sr. Genilson Duarte apresentou os novos membros do CAF/Funam publicados na Portaria nº 46, de 18 de junho de 2024. **Item 4.** Apresentação do FAP - Projeto de manutenção e monitoramento das áreas de plantio no Cerrado. O sr. Leonel fala que iria fazer a apresentação do projeto, mas agora está suspendendo porque não conseguiu consolidar o orçamento deixando para apresentar na próxima reunião do CAF. **Item 5.** Apresentação do relatório do projeto "Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado, tendo com relatora a conselheira Roberta Lima. O projeto do Jardim Botânico de Brasília com duração de 60 meses (cinco anos) com valor da parceria orçado em R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais). A conselheira Roberta diz que o objeto geral do projeto é avaliar e quantificar cientificamente, qual a melhor metodologia para recuperação do Cerrado, levando em consideração as diferentes fitofisionomias a serem recuperadas e o uso da área. Os objetivos específicos são: o corte, abatimento e desgalha dos indivíduos de Pinus e Eucalyptus em áreas selecionadas do JBB; ações de Educação Ambiental para sensibilizar os visitantes sobre a necessidade da contenção de espécies exóticas em ambientes naturais; destinação da madeira, seja ela enviada para aproveitamento em órgãos do GDF ou incorporação ao solo; avaliação da área com aplicação de vários protocolos, levando-se em consideração o tipo de solo e a fitofisionomia original; acompanhamento do manejo da área até a recuperação da biodiversidade; publicação dos resultados. Para solução do problema é indicado retirar dos indivíduos adultos e fazer o controle do crescimento e estabelecimento dos indivíduos jovens e imaturos, que comprovadamente, apresentam grande densidade na área. Ela diz que o projeto apresenta uma área selecionada de 41 hectares, sendo 1ha de Pinus e Eucalyptus adensado e 40 ha de indivíduos esparsos no Cerrado e que essa parcela não é a de visitação pública intensa, porém próxima ao Centro de Visitantes. Relata que a supressão das árvores exóticas serão iniciadas diferentes métodos de recuperação do Cerrado como: condução da regeneração natural; indução de chuva de semente com semeio direto (muvuca), semeadura aérea ou hidrossemeadura; plantio de mudas com recuperação por espécies pioneiras, modelo sucessional-plantio em linhas alternadas ou em módulos, plantio inicial de mudas e posterior semeio, plantio de estacas diretamente no campo ou plantio adensado; e formação de Ilhas de Diversidade(Nucleação). Ela fala que o objetivo é avaliar as características da área a ser recuperada, com a finalidade de estimar qual método se adequa melhor ao grau e tipo de degradação e destinação da área. Na Metodologia ela descreve a área de corte, assim como Logística Operacional, Equipamentos utilizados, Segurança e Medicina do Trabalho, Manejo e como serão as ações de Educação Ambiental. Parte inicial que deixou de ser apresentada. Diz que o Jardim Botânico tem 4.500hectares e trecho de visitação contígua de 500hectares, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e ocupa atualmente, a área da antiga Estação Florestal Cabeça de Ela diz que primeiro tem que fazer a remoção dos indivíduos

arbóreos das espécies exóticas, fazendo medidas para ocupação do solo para impedir que o banco de sementes das espécies invasoras prejudicar as espécies nativas. Ela relata que as populações de *Pinus caribea* e *Pinus oocarpa* cresceram 14 a 51 vezes maiores que as populações inicialmente plantadas na década de 70. Ela relata que a equipe técnica do Jardim Botânico montou uma parcela de estudo de 0,1 há e procedeu ao levantamento de todos os indivíduos de *Pinus* na área, separando em três classes: plântula, juvenil e adultos, e os resultados foram novamente preocupantes. Ela menciona que a sugestão proposta é retirar todos os indivíduos adultos e fazer o controle dos indivíduos jovens apresentados na área e fazer, que, comprovadamente, apresentam grande densidade na área e acompanhados nessa geração. Na apresentação do orçamento detalhado, ela relata que o proponente discrimina os gastos com material de consumo, serviços de terceiros: pessoa física e jurídica, mas o que chamou atenção dela foi a tabela não apresenta a unidade de medida do serviço de terceiro de pessoa física. Ela diz que não fica claro se o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de serviço de terceiro é para o biólogo. Quando ela observa o orçamento detalhado aí mostra serviço de terceiros – contratação de biólogo para acompanhamento dos protocolos de manejo. Diz que mostra avaliação trimestral, mas não mostra se são nos cinco anos. A conselheira diz que fez o cálculo do valor ele vai ficar em torno só de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês em cinco anos e que serviços de terceiros, em empresa contratada para o corte, abatimento, desgalha, só uma empresa apresentou orçamento e também serviço diversos para educação ambiental e os insumos. Relata que onde tem unidade de medida fica confusa, trimestral durante 15 meses de corte. Questiona se o pagamento vai ser trimestral, se o trabalho vai ser trimestral. A conselheira Morgana Bruno entende que é trimestral esse valor embaixo são para 15 meses e serão repassados a cada trimestre. Volta a fala a conselheira Roberta, dizendo que quer chamar atenção, na próxima planilha onde observou, onde tem serviço de terceiros, corte R\$ 320.000,00 no primeiro semestre, depois R\$ 125.000,00. Ela entende que o serviço trimestral é da educação ambiental. Ela relata que JBB poderia detalhar um pouco melhor. Ela aponta que no cronograma físico, à folha 08, quase como uma nota de rodapé está escrito *“Devido à especificidade do projeto e necessidade de acompanhamento a planilha foi apresentada de forma semestral. Serão 15 meses de corte e o restante para acompanhamento das metodologias envolvidas no manejo”*. Ela aponta que para retirar espécie exótica ele não dá 15 meses de serviços, mas 18 meses (três semestres). No entendimento da conselheira Roberta, que o projeto por ser de cinco anos de prazo fica mais fácil adotar semestral. A sr^a. Flávia Ilíada relata que o desembolso não precisa acontecer com o que eles (JBB) vão desembolsar lá de pagamento, pois os recursos do Funam tem que acompanhar o do Plano de Trabalho efetuando o pagamento em uma conta exclusiva para o projeto e que o Funam pode desembolsar e o JBB ir gerindo os recursos. Ressalta que a cada pagamento feito deve estar em conformidade com o Plano de Trabalho. A sr^a. Morgana Bruno fala que tem que prevê em o corte para 18 meses para arredondar, fazer semestral porque fica mais fácil a prestação de contas. O sr. Valterson pergunta se no projeto de inventário de indivíduos arbóreos que serão removidos. Ele fala em hectares espaçados e adensados, mas não tem inventário? A sr^a. Morgana responde que não, e que ele tem mas uma estimativa de acordo com o que tem sido acompanhado. O sr. Estevão responde que tem uma gleba 1 hectare que é exclusiva de *Pinus* e 40 hectares de indivíduos de *Pinus* que foram entrando no cerrado. O sr Pietro sugere fazer um senso e a sr^a. Flávia Ilíada responde que é um outro serviço. A sr^a Roberta relata que foi fazer uma visita técnica ao Jardim Botânico e também foi dar aulas para seus alunos e ela acha que a situação é tão periclitante que até para fazer esse senso é difícil e chama atenção se vale a pena fazer esse senso porque a situação da do crescimento quantitativo dos *Pinus* é preocupante. O sr. Estevão relatou que o JBB fez um levantamento numa área do estacionamento que não tem cerrado, mas só os *Pinus* em uma área de aproximadamente 2 hectares são 625 indivíduos arbóreos, é uma área pequena. O sr. Valterson pergunta se o custo maior é a remoção dos *Pinus*. A sr^a. Flávia Ilíada responde que é o manejo. A sr^a. Roberta se referindo ao Plano de Trabalho fala que os serviços de terceiros

para corte está dando R\$ 570.000,00, serviços de Educação Ambiental R\$ 55.000,00, e insumos para manejo R\$ 50.000,00. Ela relata que se o biólogo vai receber R\$ 1.000,00 por mês, vai ser só por um semestre? Como vai ser? Sugere deixar isso um pouco mais claro para futuramente na prestação de contas. Diz para esclarecer melhor se o período de pagamento vai ser trimestral ou semestral. Ela sugere colocar o cronograma de desembolso compatível com a duração da prestação dos serviços, que no caso três semestres que irá totalizar 18 meses, contudo, a descrição em semestres pode induzir a erro de interpretação, pois a leitura sugere que durante os primeiros 18 meses acontecerão os cortes. Ela diz que somente ao ler a nota de rodapé é possível observar que o corte acontecerá em 15 meses e que os pagamentos de serviços de terceiros (pessoa física), a leitura fica dúbia se os honorários descritos no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) serão quitados mensalmente ou semestralmente durante os 10 semestres ou 5 anos das atividades. Além disso, diz que a mesma observação pode ser mencionada para o detalhamento no Cronograma de Desembolso, pois os valores dos respectivos elementos de despesa estão apresentados por semestre ao invés de mensalmente. Ela diz que não fica claro, pois essa foi outra ressalva do texto encaminhado e questiona quantos e em quais períodos serão encaminhados os Relatórios de Execução do Projeto. Concluindo, ela fala que no intuito de evitar eventuais problemas na execução das atividades ou liberação dos recursos, sugere o melhor detalhamento em como serão realizados os pagamentos dos serviços contratados nos itens: Orçamento Detalhado, Cronograma Físico e Cronograma de Desembolso. Então ela declara seu **voto como favorável**. Pelas justificativas, relevância do projeto, ela recomenda **aprovação com ressalvas**, solicitando a área demandante que providencie as correções em conformidade com as observações postas e condicionando a aprovação final, esclarecer ao longo do texto o período de duração dos cortes, no caso, 15 meses ou 18 meses, detalhar o período de duração dos serviços contratados em meses assim como os honorários, corrigir o Orçamento Detalhado indicando na coluna Unidade de Medida os meses previstos, alterar o Cronograma de Desembolso de modo a ficar coerente com a duração dos serviços contratados. O vice-presidente do CAF submeteu o projeto para votação dos conselheiros presentes, ressaltando que o conselheiro Estevão está impedido de votar por fazer parte da instituição de origem do projeto (JBB), sendo aprovada pelos presentes. Continuando, passou para o **Item 6**. A apresentação do relatório do Projeto “Reforma do Espaço Ciência no Jardim Botânico de Brasília”, tendo como relatora a conselheira Morgana Bruno, foi retirada da pauta para readequação do projeto. Passando para o **Item 7**. Outros informes e deliberações, projeto de Realidade virtual que caducou porque a unidade demandante não apresentou o ATP, Termo de Referência, Mapa de Risco. Não havendo nada mais a tratar, o Vice-Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Sendo assim, eu Jarbas Levi, Diretor do Fundo Único do Meio Ambiente, lavrei a presente Ata, que na próxima reunião do CAF será apreciada e colocada em votação para aprovação. Aprovada durante a 43ª Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de agosto de 2024.